

RECORTES DE JORNAL EM ARQUIVOS: desafios da descrição documental

José Francisco Guelfi Campos*

RESUMO: Presentes em fundos institucionais e pessoais, os recortes de jornal constituem duplo desafio aos profissionais de arquivo que se dedicam a descrevê-los e preservá-los. Neste trabalho, procuramos compartilhar reflexões derivadas de projeto de pesquisa em andamento a respeito da identificação das espécies documentais resultantes da atividade jornalística que podem ser encontradas sob a forma de recortes nos arquivos. Para tanto, revisamos as origens da Diplomática e seu processo de desenvolvimento na direção da tipologia documental, discutimos a controversa condição dos recortes no que tange à descrição e procuramos alinhar as perspectivas da Arquivologia, da Diplomática e das Ciências da Comunicação no sentido de fundamentar a aplicação do método diplomático à análise das notícias. À guisa de conclusão, pontuamos desdobramentos do problema sobre o qual nos concentramos, reafirmando a relevância dos estudos de tipologia documental.

Palavras-chave: Arquivos pessoais. Diplomática contemporânea. Recortes de jornal. Tipologia documental.

NEWSPAPER CLIPPINGS IN ARCHIVES: and their challenges for archival description

ABSTRACT: Newspaper clippings can be found in both institutional and personal archives, offering a double-faced challenge for the professionals who describe and preserve them. In this paper, we share reflections from an ongoing research on the documentary forms resulted from journalistic processes. In this sense, the origins of Diplomatics are reviewed, as well as the current panorama of diplomatic studies, the controversial aspects of newspaper clippings description are discussed, and an effort is done to align different perspectives from Archival Science, Diplomatics, and Media Studies to underpin the use of the diplomatic method to the study of news. By way of conclusion, developments of the research problems here addressed are pointed out, in order to reaffirm the relevance of Diplomatics to the accomplishment of archival tasks.

Keywords: Personal archives. Contemporary Diplomatics. Newspaper clippings. Documentary typology.

* Professor da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutorando e mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), graduado em História pela mesma instituição. E-mail: jfguelficampos@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A rigor, recortes de jornal não são documentos de arquivo. Com exceção dos atos do poder público, estampados nas páginas dos Diários Oficiais, as matérias que circulam na imprensa periódica¹ não constituem veículos semanticamente credíveis para a materialização de fatos juridicamente relevantes, não se prestam a servir de prova de ações ou à garantia de direitos e tampouco têm o poder de criar, modificar ou extinguir situações dentro de um sistema jurídico.

No entanto, a presença dos recortes, muitas vezes formando conjuntos assustadoramente volumosos, pode ser observada tanto em fundos de natureza institucional quanto nos chamados arquivos pessoais, aqueles acumulados por indivíduos,² nos quais podem assumir os sentidos mais diversos. O fato de terem sido acumulados e preservados para uso posterior, à guisa de subsídio para a ação ou como material de referência, faz com que os recortes de jornal sejam guindados à condição de documentos de arquivo, entendidos como vestígios ou testemunhos de atividades e eventos.³ Passam, assim, a manter relação orgânica com os demais itens que compõem os fundos nos quais se encontram, o que lhes confere potencial informativo que supera o conteúdo neles consignado, credenciando-os não apenas como fontes relevantes para a pesquisa, mas como documentos passíveis de tratamento arquivístico.

Começam aí os dilemas em torno do processamento técnico deste tipo de material, que podem ser agrupados, grosso modo, em torno de duas categorias de natureza distinta: de um lado, os desafios de ordem intelectual, relativos ao arranjo, à contextualização e à adequada identificação das espécies e tipos documentais; de outro, os problemas de ordem técnica,

¹ O termo “matéria” é aqui empregado em seu sentido genérico, correspondendo a “Tudo o que é publicado, ou feito para ser publicado, por jornal (...) incluindo textos e ilustrações” (RABAÇA; BARBOSA, 2001, p. 474). O termo “imprensa”, por sua vez, é polissêmico, podendo significar o conjunto dos processos de impressão, a máquina utilizada para imprimir, o conjunto dos jornais e revistas de determinado lugar ou categoria (imprensa europeia, imprensa católica, imprensa marrom...). Neste trabalho, é empregado como equivalente à atividade jornalística e ao conjunto de processos de difusão de informações por veículos impressos (RABAÇA e BARBOSA, 2001, p. 379).

² A compreensão do estatuto arquivístico dos conjuntos de documentos acumulados por pessoas não é consensual. A bem da verdade, trata-se de reivindicação relativamente recente no cenário da Arquivologia. Não cabe, aqui, examinar as peculiaridades que os caracterizam ou definir os elementos que os credenciam como arquivos em sentido estrito, uma vez que reconhecemos, na esteira de Camargo (2009), que “arquivos pessoais são arquivos”.

³ Como bem notou Marie-Anne Chabin (1999, p. 67-69), nos arquivos se encontram tanto documentos arquivísticos “de nascença” (aqueles eivados de evidente caráter instrumental, capazes de viabilizar as atividades rotineiras da instituição ou pessoa que os produz ou acumula) quanto documentos “de batismo”, que, destituídos de valor probatório congênito, não deixam de constituir vestígio ou testemunho do passado.

ligados às estratégias de conservação e de preservação em longo prazo dos suportes, caracterizados pela baixa gramatura e pelo elevado nível de acidez.

As reflexões que pretendemos compartilhar neste trabalho incidem sobre o primeiro destes dois grupos de problemas e decorrem de pesquisa em andamento⁴ que visa a estudar a presença dos recortes de jornal em arquivos pessoais, caracterizando sua acumulação como indício de uma prática social ligada ao uso, aos hábitos de leitura e às funções atribuídas aos produtos da imprensa periódica, para, então, explorá-los sob a óptica da tipologia documental, em abordagem inspirada no método de análise diplomática, tendo por objetivo final o estabelecimento e a definição das espécies documentais, sistematizando-as em glossário que poderá auxiliar os profissionais de arquivo dedicados à descrição deste tipo de material.

Aqui, procuramos revisar o contexto de origem da Diplomática e de seu desenvolvimento na direção da tipologia documental, discutir os problemas relativos à descrição dos recortes de jornal e alinhar, num exercício interdisciplinar, as perspectivas da Arquivologia, da Diplomática e das Ciências da Comunicação para fundamentar a demonstração do uso do método diplomático na análise de uma das diversas espécies que podem ser encontradas sob a forma de recortes nos arquivos: a notícia. Por fim, pontuamos desdobramentos do problema sobre o qual nos concentramos, de modo a reafirmar a relevância dos estudos de tipologia documental.

2 A DIPLOMÁTICA E O ESTUDO DOS TIPOS DOCUMENTAIS

Disciplina que se ocupa da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e notarial, a Diplomática surgiu no século XVII, no contexto da disputa entre jesuítas e beneditinos pela afirmação da autenticidade dos documentos preservados na Abadia de Saint-Denis (BELLOTTO, 2002, p. 13-16). Publicado em 1681, *De rediplomatica*, tratado em seis volumes de autoria de Jean Mabillon, lançou as bases da arte da crítica da autenticidade dos documentos e, para Luciana Duranti (1989, p. 13), pode ser considerado o marco inaugural da Diplomática e da Paleografia. Como notou Bellotto (2002, p. 15-16), a Diplomática – que em sua origem se associava à Paleografia e ao Direito Eclesiástico – foi se aproximando, com o

⁴ Trata-se do projeto intitulado “Recortes de jornal em arquivos pessoais: da prática social à tipologia documental”, pesquisa de doutorado desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Ana Maria de Almeida Camargo.

tempo, do Direito, da Heurística e, sobretudo a partir de meados do século XX, da Arquivística.⁵

O movimento de aproximação da Diplomática na direção da Arquivística remonta aos efeitos de uma crise de estagnação pressentida pelos estudiosos da área: se ao longo do século XIX a disciplina cumpriu o papel de auxiliar da História na validação dos documentos a serem utilizados como fontes para a reconstituição do passado, as transformações metodológicas introduzidas na esteira do movimento da Escola dos Annales, no final da década de 1920, culminaram na ampliação do leque de fontes e dos limites cronológicos da pesquisa histórica. E a Diplomática, centrada no estudo dos registros legitimados dos atos administrativos e jurídicos, sobretudo aqueles de tradição medieval, perdeu muito de seu protagonismo entre as várias disciplinas coadjuvantes da escrita da História.

A Diplomática, que entre os séculos XVII e XVIII encontrava sua razão de ser na finalidade prático-jurídica da crítica documental e que durante o século XIX contentou-se, no dizer de Luigi Schiaparelli (1909), com o papel de “modesta serva da História”, chegou ao século XX imersa numa crise de desorientação. O desconforto, sentido desde o começo do século, só ganhou dimensões de debate na comunidade dos diplomatas europeus nos anos 1960, quando Robert-Henri Bautier, na aula magna que proferiu na École des Chartes em 1961, procurou traçar um interessante – e, até então, inédito – paralelo entre a Diplomática e a Arquivística a partir do conceito de *documento*. Os documentos de arquivo, aqueles de caráter eminentemente administrativo, também poderiam ser, no entendimento de Bautier (1961, p. 208-209), objetos de estudo para a Diplomática.

Convém ressaltar, para evitar ceder a uma abordagem demasiado simplória ou reducionista da questão, em que pese à falta de espaço para discuti-la aqui em maior profundidade, que o movimento na direção daquilo que hoje recebe o nome de “diplomática contemporânea”, “tipologia documental” ou “diplomática arquivística”⁶ constituiu, evidentemente, um debate longo e permeado por resistências. Ainda hoje, há quem reafirme o

⁵ Escapa aos objetivos deste trabalho reconstituir em profundidade o histórico da constituição e do desenvolvimento dos princípios e do método crítico da Diplomática. Para tanto, ver Duranti (1989-1992). Convém destacar, também, o estudo de Natália Tognoli (2014), em que propõe a periodização da história da Diplomática em três períodos: clássico (compreendendo as obras publicadas entre o século XVII e o fim do Antigo Regime), moderno (caracterizado pelos estudos desenvolvidos entre meados do século XIX e meados do século XX) e contemporâneo (marcado pela renovação dos objetos formais e materiais da disciplina, frente à crise de estagnação pressentida pelos estudiosos da área por volta da década de 1960).

⁶ No dizer de Heloísa Bellotto (2002, p. 19), a tipologia documental “é a ampliação da Diplomática em direção à gênese documental, perseguindo a contextualização [dos documentos] nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora [dos arquivos]”.

caráter essencialmente medievalista da disciplina, como é o caso de Antonella Ghignolli (2007).⁷

Fato é que de uma forma ou de outra, para contentamento de uns e desgosto de outros, a Diplomática e a Arquivística vêm desde então estreitando seus laços e a relevância dos subsídios oferecidos pelos estudos de tipologia para a consecução das funções que caracterizam as diferentes etapas do tratamento documental, seja na fase de gestão (à qual competem os arquivos correntes e intermediários) seja no arquivo permanente, vem sendo aos poucos compreendida e absorvida pelos estudiosos da teoria arquivística e pelos profissionais de arquivo.

A literatura especializada de ambas as áreas – Diplomática e Arquivologia – beneficiou-se do estreitamento da relação entre as disciplinas, extraindo conhecimento singular e ampliando a compreensão dos princípios arquivísticos. Em experiência seminal desenvolvida na Espanha, nos anos 1980, o Grupo de Arquivistas de Madri elaborou metodologia própria de análise tipológica, empregada para lidar com os problemas que inquietavam os profissionais de arquivo e que se traduziam no conjunto dos documentos produzidos pela administração municipal, cujos resultados representaram inovação sem precedentes tanto para os arquivistas quanto para os gestores públicos (CORTÉS ALONSO, 2015).

Paola Carucci (1987), por sua vez, tratou de aplicar o corpo de conhecimentos da Diplomática ao tratamento da documentação administrativa na Itália, enquanto Luciana Duranti (1989-1992) introduziu o estudo da Diplomática na América do Norte, evidenciando seu potencial de aplicação para a solução de problemas da gestão documental e dos arquivos permanentes. Talvez sua maior contribuição, neste sentido, tenha sido a (re)definição do objeto material da Diplomática: o documento escrito, sem que isto implicasse restringi-lo ao gênero textual. Em seu entendimento, o atributo *escrito*, em Diplomática, corresponde ao propósito e ao resultado intelectual da ação de escrever, “à expressão de ideias numa forma objetivada (documentária) e sintática (orientada por regras de disposição)”, o que faz com que qualquer documento – independentemente de seu suporte ou do sistema de signos empregado na comunicação de seu conteúdo, isto é, o gênero em que se enquadra, bem como da natureza do arquivo do qual faz parte – possa ser objeto da crítica diplomática (DURANTI, 1989, p. 15, tradução nossa).

⁷ Para Ghignoli (2007), a tipologia documental representa uma “exportação” inadvertida, até mesmo indevida, da Diplomática para além de seus limites naturais. Trata-se, em seu entendimento, de uma outra disciplina, baseada em princípios, ferramentas e metodologia própria.

Mais recentemente, Louise Gagnon-Arguin e Sabine Mas (2011) dedicaram-se ao estudo da tipologia dos documentos – produzidos em suportes tradicionais e nato-digitaes – originados por força das atividades das organizações de direito privado. Bruno Delmas (2010), por seu turno, levou o reconhecimento da lógica diplomática a um patamar inusitado, substituindo o conceito de documento pela noção de “informação orgânica” para compreender o mecanismo da produção de dados científicos captados automaticamente por robôs e para estudar a gênese e a tradição de dados demográficos obtidos em pesquisas de recenseamento, demonstrando como tal abordagem pode amparar as tarefas de avaliação e seleção de dados e “informações” nos arquivos.

No Brasil, Rodrigues (2002), inspirada no método de análise tipológica concebido pelo Grupo de Arquivistas de Madri, elaborou um manual de tipologia documental a partir do estudo da documentação acumulada no arquivo de um município de pequeno porte no interior do Estado de Minas Gerais. Mais tarde, em outra pesquisa⁸, demonstrou a utilidade da Diplomática contemporânea para a identificação do órgão produtor, subsídio indispensável para a classificação e para a avaliação dos arquivos. Marcia Pazin Vitoriano (2011), por seu turno, dedicou-se ao estudo dos documentos produzidos nas empresas privadas, tendo, anos antes, em sua pesquisa de mestrado, examinado a gênese e a tipologia dos documentos produzidos entre 1835 e 1889 pela Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo (PAZIN, 2005).

Embora o corpo de conhecimentos da Diplomática venha sendo continuamente expandido pelas pesquisas que buscam aplicá-lo a casos diversos, convém notar que o objeto de análise não deixou de ser o “documento institucional”, como o definiu Bruno Delmas (2010), ou seja, aquele produzido por força das rotinas administrativas e quase sempre derivado de fatos juridicamente relevantes. O que dizer, então, dos documentos encontrados em arquivos de natureza pessoal, cuja produção se dá, em larga medida, fora dos limites da obrigação legal? Estariam, por ostentarem formas discricionárias que se traduzem em estruturas mais flexíveis e contornos menos definidos, fora do escopo dos estudos de tipologia documental?

O que, de fato, nos impede de proceder ao estudo tipológico dos documentos acumulados por indivíduos, se os chamados arquivos pessoais apresentam os mesmos atributos – proveniência, naturalidade, organicidade, unicidade, imparcialidade – que os

⁸ À guisa de curiosidade, ver Rodrigues (2008).

fundos de natureza institucional, fazendo com que os contextos funcionais dos documentos que os compõem possam ser identificados?⁹

Neste sentido, partindo da análise de um documento inusitado – uma participação de casamento, revestida das feições de um pequeno livro de poesia –, Camargo (1998) demonstrou como o vínculo entre o documento e a ação a que se destina pode ser apreendido por meio do reconhecimento da manifestação de fórmulas estereotipadas, cujo teor pode ser identificado quando se conhecem os usos, os costumes e os códigos que regulam a vida social e que incidem sobre a produção dos documentos no âmbito da intimidade, conferindo aos documentos – mesmo àqueles que parecem fugir a todos os padrões – certas características comuns, segundo as quais é possível aproximá-los no que diz respeito aos seus atributos funcionais e, sobretudo, no plano da tipologia documental.

Justamente porque estuda os documentos pelo prisma de sua estrutura formal, identificando e descrevendo os elementos que lhes conferem aspectos físicos característicos e aqueles que respondem pela articulação intelectual – ou semântica – do conteúdo, o método crítico da Diplomática permite, para além do julgamento da autenticidade, reconhecer e caracterizar os documentos segundo o padrão formular sob o qual se apresentam, fazendo com que se possa atribuir-lhes um “nome” capaz de designá-los e, assim, conferir-lhes identidade.

Este nome que os documentos recebem, revelador de uma fisionomia determinada que decorre da disposição de seus elementos constitutivos, corresponde à *espécie documental*, definida por Bellotto e Camargo (2012, p. 46) como a “configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas.” A identificação e caracterização das espécies documentais que podem ser encontradas nos arquivos é trabalho fundamental: sem reconhecê-las não se chega ao *tipo documental*, representativo da atividade que deu origem aos documentos.¹⁰

⁹ Os estudos de Camargo e Goulart (2007) e Camargo (2009) reafirmam o estatuto arquivístico dos conjuntos documentais acumulados por indivíduos. Convém, entretanto, salientar que o reconhecimento da manifestação, nos fundos de natureza pessoal, dos atributos usualmente imputados aos arquivos institucionais não é consenso entre os teóricos e profissionais da área. Heymann (2009, p. 55) chegou a afirmar que a opção pelo critério funcional para o tratamento dos arquivos pessoais tende a engessar o processo de organização, podendo resultar em artificialismos e exclusões. Sobre isso, vale questionar de que modo a adoção de outro critério, distinto daquele que mais se aproxima do princípio da proveniência, não resultaria em classificações arbitrárias, subjetivas e desprovidas de rigor. Delgado-Gómez (2014), de modo mais radical, defende que os arquivos pessoais não passam de coleções, opinião da qual discordamos.

¹⁰ Bellotto e Camargo (2012, p. 80) definem o tipo documental como a “configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que lhe deu origem”.

3 RECORTES DE JORNAL EM ARQUIVOS

A despeito do papel de baixíssima qualidade e elevada acidez que lhes serve de suporte, os recortes de jornal resistem à passagem do tempo e podem ser frequentemente encontrados em arquivos de natureza institucional e pessoal, não raro formando conjuntos volumosos que representam verdadeiro desafio tanto para os profissionais que atuam no arranjo e na descrição documental quanto para aqueles que se dedicam à conservação preventiva.

No plano do arranjo, verifica-se a recorrência de soluções que os apartam dos demais documentos que compõem os arquivos, não porque se lhes atribua estatuto especial, mas por serem considerados, no mais das vezes, documentos de “segunda classe”. A consulta aos bancos de dados das instituições arquivísticas e aos instrumentos de pesquisa impressos é reveladora das dificuldades enfrentadas para nomear adequadamente as séries documentais e descrevê-las em função de seus contextos originários. Não é raro observar, nos quadros de arranjo, a existência de uma série denominada genericamente “recortes de jornal” destacada do conjunto¹¹ ou encontrar, nos inventários, a descrição de dossiês – também dotados de títulos ambíguos e pouco esclarecedores da natureza do material que se destinam a reunir – vinculados a grupos ou séries ligadas à “produção intelectual” do titular ou de terceiros. Por vezes, os recortes aparecem reunidos a outros documentos em virtude tão somente da técnica de registro, figurando na rubrica dos “documentos impressos”¹².

Há quem questione a pertinência da preservação, em caráter permanente, dos recortes de jornal, argumentando tratar-se de material que pode ser encontrado em outros lugares, como nas hemerotecas ou mesmo nos centros de documentação das empresas jornalísticas. O argumento não deixa de ser em parte verdadeiro, mas aceitá-lo pode significar a mutilação do arquivo e o comprometimento de seu potencial informativo a respeito da entidade que o acumulou: quando fazem parte de um fundo, ou seja, quando foram acumulados por uma instituição ou por um indivíduo, como subsídios para suas atividades rotineiras ou como material de referência para uso posterior, o sentido dos recortes de jornal já não se resume à mera informação que pode ser extraída de seu conteúdo, mas será dado pela relação orgânica que cada item mantém com os demais recortes e com os outros documentos.

¹¹ O manual de organização de arquivos pessoais do CPDOC preconiza a separação dos recortes em série específica e o descarte daqueles que se apresentem incompletos ou sem dados de identificação, como data e título do jornal (CENTRO..., 1998, p. 22).

¹² É o que se observa no sistema de arranjo do fundo Osvaldo Cardoso de Melo, integrante do acervo do Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes (ARQUIVO..., 2005, p. 71).

Não nos deteremos, aqui, na questão do contexto originário, ou seja, as razões que motivam a acumulação dos recortes de jornal, por tratar-se de fator que se manifesta de maneira distinta, sempre variável em virtude da natureza da entidade acumuladora, de suas funções e atividades. Nos arquivos públicos, este tipo de material pode ser acumulado por diferentes órgãos para viabilizar as atividades ligadas às funções da administração: assessoria de imprensa, compras e licitações, contratações, inteligência, polícia... Já nos chamados arquivos pessoais, podem figurar como instrumentos para a viabilização de atividades rotineiras, material de referência vinculado às esferas de interesses (intelectuais, políticos, culturais) do titular ou mesmo como prova/testemunho do exercício profissional. A identificação do contexto da acumulação dependerá, portanto, do estudo minucioso do histórico administrativo ou da biografia da entidade – seja ela pessoa jurídica ou pessoa física – responsável pela acumulação dos documentos e, conseqüentemente, pela formação do arquivo. Trata-se de questão que resvala, essencialmente, pelo estudo da proveniência.

Importa insistir, no entanto, que quando fazem parte de um arquivo, os recortes de jornal adquirem um contexto funcional que vai determinar o seu lugar no plano de classificação ou no quadro de arranjo. E para que possam ocupar o lugar que lhes cabe, devem ser reunidos em *séries*, cuja denominação dependendo reconhecimento das espécies e dos tipos documentais.¹³

É neste sentido que o corpo de conhecimentos da Diplomática pode ser empregado em benefício da descrição documental. Entretanto, como aplicar os princípios e os métodos de uma disciplina que por natureza se ocupa da análise dos documentos de natureza administrativa ou notarial ao estudo daqueles elaborados de formas discricionárias e de estruturas mais flexíveis, cuja produção é derivada de fatos juridicamente irrelevantes, como é o caso dos recortes de jornal? Trata-se de um exercício que pressupõe, naturalmente, adaptação, transposição e articulação de conceitos de diferentes campos do conhecimento (entre os quais a Arquivologia, a Diplomática e as Ciências da Comunicação e da Linguagem), no sentido de estabelecer as bases de uma Diplomática especial.¹⁴

¹³ Assumimos, aqui, a definição de Bellotto e Camargo (2012, p. 76) para o conceito de série documental: “Sequência de unidades de um mesmo tipo documental”.

¹⁴ Neste trabalho, não trataremos de forma minuciosa da articulação entre os conceitos e as noções destas diferentes áreas do conhecimento, o que pode ser encontrado em Campos (2017).

4 O RELATO JORNALÍSTICO E AS ESPÉCIES DOCUMENTAIS

Ao introduzir o estudo da Diplomática na América do Norte, demonstrando a utilidade dos princípios e métodos desta disciplina para a consecução das funções que compõem o escopo do quefazer arquivístico, Luciana Duranti definiu o seu esforço como um ponto de partida, estimulando a aplicação dos conceitos da Diplomática aos documentos produzidos em suportes e meios “especiais” (DURANTI, 1990, p. 14). Heloísa Bellotto (2008, p. 93) também considerou oportuno que novos estudos fossem realizados no sentido de estabelecer a tipologia documental de atividades que extrapolem o universo das ações administrativas.

O uso de expressões de sentido coletivo e inevitavelmente genérico que pretendem equivaler à espécie ou ao tipo documental, no intuito de simplificar a descrição, não ocorre exclusivamente quando se trabalha com conjuntos de recortes de jornal. Na verdade, trata-se de expediente bastante corriqueiro. Caso exemplar é o que se observa no tratamento dos documentos derivados dos atos de correspondência. Sob a rubrica genérica com a qual costumam ser designados (“correspondência” ou, pior, “correspondências” no plural) encobre-se um leque amplo de documentos cujas formas¹⁵ – bastante diferentes entre si – determinam espécies documentais diferentes, dotadas de identidade própria, de maior ou menor grau de solenidade e de potenciais informativos diversos: bilhete, carta, ofício, telegrama...

¹⁵ O termo “forma” é empregado, aqui, de acordo com o sentido que lhe emprestam os diplomatas. Equivale, portanto, à estrutura física e semântica do documento. Em Arquivologia, o conceito de forma tem a ver com o estágio de preparação e transmissão dos documentos (BELLOTTO; CAMARGO, 2012, p. 50), o que, em Diplomática, corresponde à “tradição documental”.

Figura 1 – Exemplo de descrição da subsérie “Recortes de Jornal”

Subsérie RJO - Recortes de Jornal	
<p>Família Bustamante » Estella Santos Bustamante » Recortes de Jornal</p>	
<p>Área de identificação</p>	
Código de referência	BR RJAPERJ FB.ESB.RJO
Título	Recortes de Jornal
Data(s)	• [193-] (Produção)
Nível de descrição	Subsérie
<p>Área de contextualização</p>	
Nome do produtor	Estella dos Santos Bustamante (1886 -1972)
Entidade custodiadora	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
<p>Área de conteúdo e estrutura</p>	
Âmbito e conteúdo	<p>[001] - Cultura e Preparo da Baunilha (Jornal do Brasil, 16/07/1939).</p> <p>[002] - Recortes sobre dicas domésticas (07 itens).</p> <p>[003] - Recortes sobre tricô (10 itens).</p> <p>[004] - Recorte sobre bodas de prata do casal.</p>

Fonte: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Coleção Família Bustamante¹⁶

Se convém, a bem da qualidade da descrição documental, discernir as diferentes espécies, por meio das quais pode-se, uma vez identificadas as atividades que lhes deram origem, definir os tipos documentais, por que não fazer o mesmo com a gama de espécies documentais que se escondem sob a rubrica “recortes de jornal”? O questionamento, que parece revestir certo preciosismo, incide, contudo, sobre a razão de ser e principal função social das instituições de custódia do patrimônio documental: a garantia do acesso aos documentos. Pouco adiantam os modernos e sofisticados bancos de dados, as ferramentas de busca ou as luxuosas edições de instrumentos de pesquisa quando não se tem, em contrapartida, a identificação precisa e inequívoca das séries e dos itens documentais, algo que demanda consistente investimento de tempo e esforço em estudos de tipologia documental.

Com preocupações e objetivos diferentes dos nossos, teóricos do campo das Ciências da Comunicação e da Linguística Aplicada vêm se dedicando ao estudo e à caracterização daquilo a que chamam gêneros do discurso, gêneros textuais ou gêneros jornalísticos. Tratam de analisar, partindo dos referenciais e dos métodos próprios de cada área, os produtos da atividade jornalística que vamos encontrar nos arquivos sob o formato de recortes. De certa forma, é possível dizer que fazem Diplomática sem que se deem conta disso e muitas de suas conclusões podem – e devem – ser absorvidas pelos estudiosos da crítica diplomática e pelos

¹⁶ Disponível em: <<http://200.222.27.136/index.php/recortes-de-jornal>>. Acesso em: 15 maio 2018.

profissionais que atuam na descrição documental. Para tanto, é preciso alinhar conceitos e noções, tendo clareza quanto ao referencial norteador deste complexo exercício.

Neste sentido, pode-se encontrar subsídios valiosos nos estudos relativos à produção e à técnica do jornalismo, bem como nas definições de dicionários especializados e nas orientações de caráter prescritivo contidas nos manuais de redação e estilo editados pelas empresas jornalísticas, destinadas a padronizar a produção das diferentes modalidades textuais pelas quais os jornais fazem veicular a informação de atualidade. Muito se discute, no terreno da teoria do Jornalismo, se estes manuais constituem “camisas de força” que engessam o ofício do jornalista ou se representam um “mal necessário” (CAPRINO, 2002). De um modo ou de outro, é certo que oferecem material de relevância singular para compreender o modo de produção dos relatos jornalísticos e os elementos que os diferem uns dos outros, dotando-os de estrutura formular característica, algo de fundamental importância quando o objetivo é reconhecer, identificar e definir espécies documentais.

No que tange à noção de estrutura formular, central na análise diplomática, vejamos como ela se comporta naquilo que constitui o relato jornalístico em sua forma mais básica e pura: a notícia.

5 UM EXERCÍCIO DE CRÍTICA DOCUMENTAL

Afinal, o que é a notícia? Para Juarez Bahia (2009, p. 45), é a base do jornalismo, seu objeto e seu fim. É o acontecimento atual, que desperta o interesse da comunidade e que dá corpo e substância ao conteúdo dos jornais. É também uma forma de manifestação do relato jornalístico, a modalidade textual da qual os jornalistas lançam mão para descrever os fatos que preenchem as páginas dos veículos da imprensa periódica.

O texto da notícia, contudo, não decorre do talento criativo de quem a redige. Como bem notou Isabel Travancas (2011, p. 123), se para a velha guarda do jornalismo escrever bem é uma das qualidades necessárias ao “bom jornalista”, para os jovens profissionais não se trata de uma virtude essencial. O crescimento dos jornais e sua inserção na lógica de produção capitalista – transformando-os, de veículo de informação, em bem de consumo – são fatores que determinaram a busca pela padronização dos relatos, de modo a conferir unidade e uniformidade ao noticiário. No dizer de Bahia (2009, p. 54), o jornalismo busca, apesar da aparente contradição, “uma expressão consensual, comum, e ao mesmo tempo personalizada”.

Os primeiros esforços de padronização do texto jornalístico se deram, como observou Bahia (2009, p. 96), na imprensa norte-americana, tendo sido incorporados, mais tarde, pelos

jornais brasileiros. Aos poucos, as notícias foram sendo “compelidas a fórmulas de tempo e de espaço” (BAHIA, 2009, p. 50), que se traduzem em técnica específica de redação: a pirâmide invertida, que preconiza a distribuição do conteúdo segundo uma ordem decrescente da importância dos dados a serem relatados. Em primeiro lugar, logo na abertura do texto, as informações mais relevantes, capazes de resumir a essência do acontecimento. Na sequência, os dados que contribuem para contextualizar o relato, para explicá-lo ou que permitam antever os seus desdobramentos, de modo a formar um panorama sugestivo e interessante. No final do texto costumam figurar os dados que não alteram a compreensão da notícia (RABAÇA; BARBOSA, 2001, p. 568).

No que tange à análise dos elementos que respondem pela articulação intelectual do conteúdo (os chamados elementos internos ou intrínsecos), a Diplomática consagrou a partição dos documentos em *protocolo inicial*, *texto* e *protocolo final* (ou escatocolo). No dizer de Bellotto (2002, p. 39), nestas três partes evidenciam-se as coordenadas – representadas pelas fórmulas próprias da espécie documental – e as variantes, decorrentes do caráter tópico e circunstancial do conteúdo. A técnica de redação dos relatos jornalísticos determina sua partição em duas seções: *cabeça* e *corpo*. Entre estas duas partes são distribuídos os elementos substantivos da notícia que, segundo Melvin Mencher (2011, p. 127), são os seguintes: *lide* (a ideia principal), *material explicativo* (ampliação da ideia principal), *informação contextual* (quando necessário) e *material secundário* (subtemas, se houver).

Quadro 1 – Partição do relato jornalístico

Parte	Elementos internos
Cabeça (que, em certa medida, corresponde ao protocolo inicial do documento diplomático, em que se encontram os elementos introdutórios do discurso)	<ul style="list-style-type: none"> • Antetítulo (também chamado, no jargão jornalístico, “chapéu”, “sobretítulo” ou “sutiã”) • Título • Subtítulo (ou “linha-fina”, no jargão jornalístico) • Assinatura (ou “crédito”, no jargão jornalístico) • Introdução (lide, sublide, nariz de cera)
Corpo (que corresponde, em certa medida, ao texto e ao protocolo final do documento diplomático)	<ul style="list-style-type: none"> • Explicação (material explicativo) • Contextualização (informação contextual) • Complementação (material secundário)

Fonte: elaborado pelo autor, 2018.

No quadro acima constam os elementos que geralmente se manifestam no interior de uma notícia. Contudo, convém notar que se trata de representação esquemática e que, por

isso, pode induzir a suposição de que os elementos se apresentam numa ordem fixa e rígida. Não é bem assim, nem para os relatos jornalísticos nem para os documentos diplomáticos por excelência.¹⁷ Deste modo, verifica-se que alguns destes elementos sempre estarão presentes no texto da notícia, enquanto que outros podem se manifestar ou não.

Se toda notícia deve, obrigatoriamente, conter um *título* (redigido segundo técnica específica e atendendo aos critérios de concisão e impacto), nem sempre ele se faz anteceder pelo *antetítulo* ou suceder pelo *subtítulo*. A *assinatura* – o nome do repórter ou a indicação da procedência da matéria – geralmente se manifesta na cabeça (logo abaixo do título ou do subtítulo), mas pode também aparecer como o último elemento do corpo do texto, quando assume a forma das iniciais do nome do repórter, expediente empregado por alguns jornais quando o mesmo autor assina outra matéria publicada previamente na mesma página ou seção. A *introdução*, por sua vez, tende a se apresentar sob a fórmula consagrada do *lide* (do inglês, *lead*), seguida ou não de um *sublide*, que complementa ou expande os dados apresentados no primeiro parágrafo.¹⁸ Em certos casos, sobretudo nas notícias publicadas até meados do século XX¹⁹, a introdução pode tomar a forma de uma exposição vaga e prolixa, à qual se dá o nome de *nariz de cera*. No corpo do texto, os elementos também admitem variação e podem assumir posição distinta daquela esquematizada no quadro acima.

Os elementos externos (ou extrínsecos), que de certa forma “emolduram” o texto e o ornamentam, dependem das técnicas de editoração, diagramação e impressão e variam de acordo com o projeto gráfico de cada jornal. Manifestam-se nos *fiões* utilizados para separar o espaço destinado a cada matéria no interior da página, na escolha das *famílias tipográficas* empregadas na composição do texto, na divisão do espaço em *colunas*, na aplicação de *selos* e *bonés*.²⁰

¹⁷ Heloísa Bellotto (2006, p. 65-103) demonstrou, ao analisar seis documentos diferentes, produzidos entre 1560 e 1984, como os elementos internos dos documentos diplomáticos se manifestam segundo as diferentes espécies documentais e como podem, numa mesma espécie, ocupar posições peculiares na articulação do conteúdo. Neste sentido, o Alvará de d. Maria I (1785) é exemplar: nele, contrariando a ordem natural dos elementos, a exposição antecede o preâmbulo.

¹⁸ O *lide*, que sempre corresponde ao primeiro parágrafo da notícia, deve responder de forma clara e concisa às seis perguntas básicas capazes de resumir o acontecimento (o quê, quem, quando, onde, como e por quê). De acordo com Rabaça e Barbosa (2001, p. 426), o estilo característico de cada jornal determina a disposição destes elementos, bem como a divisão do *lide* em dois parágrafos (*lide* e *sublide*).

¹⁹ Segundo Bahia (2009, p. 99), os primeiros jornais a criarem regras de redação foram o *Diário Carioca* e a *Tribuna da Imprensa*, ambos do Rio de Janeiro, no final da década de 1940. Tomamos, aqui, a década de 1950 como baliza, sabendo, contudo, que o movimento de padronização do texto jornalístico se deu em momentos diferentes nas várias regiões do país. A *Folha de S. Paulo*, por exemplo, lançou seu primeiro manual de redação em 1984, incorporando os elementos da técnica da pirâmide invertida e convertendo-os em norma.

²⁰ Em editoração, *fio* é o nome que se dá ao traço de espessura variada empregado na separação de colunas, no contorno de quadros e em efeitos ornamentais. O termo *coluna*, por sua vez, indica tanto a forma de divisão pela qual se orienta a diagramação dos textos quanto as seções especializadas e geralmente assinadas, redigidas em estilo menos formal do que aquele que preside o noticiário. O *selo* corresponde a uma marca gráfica destinada a

Vejamos como estes elementos se comportam num exemplo extraído da edição de 25 de maio de 1986 da *Folha de S. Paulo*.

Figura 2– Notícia

Demissões acentuam divergências no CNPq

Da Sucursal de Brasília

O pedido de demissão do cientista Juarez Brandão da diretoria extraordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na última sexta-feira, acentuou o clima de tensão no órgão. Na véspera haviam sido demitidos o coordenador de comunicação social, Lúlio Rapanelli, seu assessor, Arnaldo de Assis, e Sérgio Soares, da assessoria jurídica.

Juarez Brandão, ligado ao senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), havia sido convidado pelo ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, para ocupar a recém-criada vice-presidência do CNPq. Ele resolveu pedir demissão ao saber que fora preterido em favor do cientista José Duarte Araújo, diretor do CNPq na Velha

República, indicado pelo presidente do órgão, Crodowaldo Pavan.

Demissionário, Brandão está fora do plano de reestruturação do CNPq assinado por Pavan, que prevê a ampliação do sistema de consultas, com a participação de assessores desvinculados do órgão, e também a substituição de toda a documentação escrita por filias eletrônicas de computadores. Dessa forma um cientista do Rio de Janeiro, por exemplo, valendo-se de um terminal do CNPq nessa cidade, poderia consultar uma central em Brasília e obter a informação que deseja em poucos minutos, sem nenhuma burocracia.

O ministro da Ciência e Tecnologia, Renato Archer, está no Rio. Em sua casa, em Santa Tereza, no centro do Rio, uma pessoa informou às 13h que tinha saído para almoçar e não tinha hora para voltar.

Fonte: *Folha de S. Paulo*, 25 maio 1986, Educação e Ciência, 3º caderno, p. 27.

Elementos externos

Suporte: [papel-jornal]²¹

Leiaute (diagramação): 2 colunas

Formatação: alinhamentos centralizado

(título e crédito) e justificado (texto)

Tipos: alternância de famílias tipográficas

(serifada em grifo no título; serifada em

redondo no texto; sem serifa no crédito)

Elementos internos

Cabeça

Título: “Demissões acentuam divergências no CNPq”

Crédito (Procedência): “Da sucursal de Brasília”

Lide: “O pedido de demissão (...) assessoria jurídica.” [1º parágrafo]

Corpo

Contextualização: “Juarez Brandão (...) recém-criada vice presidência do CNPq.” [2º parágrafo]

Explicação: “Ele resolveu (...) Crodowaldo Pavan.” [2º parágrafo]

Complementação (material secundário):

distinguir e ilustrar um assunto tratado em edições sucessivas do jornal (RABAÇA; BARBOSA, 2001, p. 148, 308 e 664). O *boné* definido por Neiva (2013, p. 73) como “vinheta identificadora do assunto ou gênero de determinado texto jornalístico, num pequeno claro endentado no início da matéria.”

²¹O suporte é, a bem da verdade, um elemento quenão pode ser identificado a partir da reprodução. Contudo, o exercício que aqui propomos se trata situação simulada, razão pela qual optamos por contemplá-lo no rol dos caracteres externos.

“Demissionário (...) não tinha hora para voltar.”
[3º e 4º parágrafos].

A ocorrência destes elementos e o modo como determinam a disposição do conteúdo permitem identificar o desenho típico da notícia, definida por Rabaça e Barbosa (2001, p. 513) como o “relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade, e capaz de ser compreendido pelo público”. Contudo, o espectro das unidades textuais resultantes da atividade jornalística – que se manifestam nos arquivos sob a forma de recortes – é bem mais amplo. Se a notícia parece ser, dentre todas as modalidades do relato jornalístico, a de redação mais padronizada, tanto que em sua estrutura é possível vislumbrar a obediência a uma lógica diplomática, convém notar que as demais formas de manifestação do relato jornalístico também possuem contornos mais ou menos definidos que tornam possível reconhecê-las, distingui-las e nomeá-las adequadamente, fazendo-as equivaler – para os efeitos da descrição – à denominação das espécies documentais. A caracterização e definição das espécies documentais relacionadas aos produtos da atividade jornalística é objeto de trabalho em andamento que deverá resultar na produção de um glossário ilustrado.

6 CONSIDERAÇÕES EM TORNO DE UM ESTUDO EM ANDAMENTO

Identificar as espécies e os tipos documentais, atribuindo-lhes denominação inequívoca, é, sem dúvida, tarefa fundamental quando se descreve um arquivo. Contudo, o sentido da descrição só se completa quando os documentos são ligados aos seus contextos originários, isto é, às funções, atividades e até mesmo aos eventos que motivaram sua acumulação.

Mas há outro elemento que deve ser observado e que se relaciona com a definição tanto do contexto originário quanto das espécies e dos tipos documentais: trata-se da maneira como os recortes são reunidos por quem os acumula. É preciso, portanto, operar naquele outro patamar de compreensão a que se referiu Angelika Menne-Haritz (1992), no qual predominam as informações não verbais: os demais documentos da mesma série, a disposição dos documentos no interior de um processo, de um dossiê ou de um álbum, o conjunto dos documentos que conforma o arquivo.

Nos arquivos pessoais é comum encontrar os recortes de jornal colados em cadernos ou álbuns, prática que remete à reprodução de um hábito cultural cuja tradição é bem mais antiga do que se pode supor. Trata-se da prática do *scrapbooking*, cuja origem remonta, no

entendimento de Good (2013), ao século XVI, aos “livros de amizade” produzidos por estudantes europeus em suas viagens de formação. A profusão de material impresso e chamativo, no século XIX, determinou, segundo a autora, a crescente popularização dos cadernos de recortes entre a classe média.²²

Em certos casos, pode-se reconhecer a existência de uma afinidade – temática ou funcional – entre os itens documentais, dotando o conjunto de sentido peculiar, o que pode ocorrer também quando os recortes se encontram soltos. Nestes casos, estamos diante de uma unidade documental indivisível, composta por número variável de itens, sobre a qual incide a descrição. Para nomear o documento, pode-se tomar de empréstimo o seu formato: caderno ou álbum de recortes (quando os itens diferem quanto à espécie documental, mas respondem ao mesmo contexto de acumulação). Quando as espécies coincidem, podem ser empregados termos como “noticiário” (quando se trata de um conjunto de notícias) ou “coletânea de...” (mencionando-se, então, a espécie que caracteriza os itens do conjunto).

Situação diferente, mas muito comum, é quando não se identifica o eixo temático ou a razão funcional que possa ter presidido a reunião dos recortes. Neste caso, o caderno ou o álbum cumprem tão somente a função de unidade de arquivamento que pode conter, em seu interior, inúmeras unidades de descrição distintas umas das outras. Solução mais radical é, quando possível, separar os recortes, resultando no desmembramento do formato que originalmente lhes serviu de “invólucro”. No entanto, considerando a fragilidade do suporte, a solução mais ponderada consiste em manter a integridade do caderno ou do álbum, aplicar a cada um dos itens uma notação própria (como o que se faz com os documentos no interior de uma pasta ou caixa) e descrevê-los unitariamente para depois reuni-los – no instrumento de pesquisa – em séries orientadas pelo critério tipológico, caso que ilustra claramente a distinção entre as operações práticas e o trabalho intelectual que caracteriza o arranjo.

Outro aspecto a considerar é quando encontramos no arquivo não o recorte, mas páginas ou mesmo edições inteiras de jornais. Como identificar, entre tantas matérias, aquela que de fato constitui o documento a ser descrito? A observação atenta, em busca de traços e sinais de leitura, bem como o conhecimento profundo do universo de interesses do titular do arquivo podem, muitas vezes, resultar em conclusão acertada. Mas nem sempre se trata de problema de fácil solução. Destacada da página inteira, a matéria perderia seu sentido? Em que medida a compreensão da morfologia do jornal pode influenciar a identificação das espécies documentais? O espaço ocupado pelo texto no interior da página e sua eventual

²² À guisa de curiosidade, ver também Garvey (2003) e Ott, Tucker e Buckler (2006).

relação com as matérias publicadas no entorno poderiam ser elementos sugestivos para a apreensão do sentido da acumulação?

Ao refletir sobre os avanços da tecnologia, Sonia Fernández Parratt (2001) manifestou apreensão quanto ao futuro dos chamados gêneros jornalísticos. Com efeito, as novas formas de apresentação dos relatos jornalísticos em meio digital podem tornar mais complexa a identificação e a distinção das espécies documentais. Trata-se de um horizonte ainda pouco vislumbrado no terreno dos arquivos pessoais, mas é inevitável que as instituições de custódia passem, num futuro talvez mais próximo do que se imagina, a preservar conjuntos “híbridos”, compostos por documentos produzidos em suportes tradicionais e aqueles de caráter nato-digital.²³

Arriscamos supor que, hoje em dia, cada vez menos pessoas se dediquem a recortar as matérias impressas em jornais, mas não deixam de acessá-las pela internet, salvando-asem seus diretórios de *sites* favoritos ou compartilhando os *links* nas redes sociais. Mais do que novas práticas de leitura, estes gestos indicam a formação de novos hábitos e modos de uso e de acumulação de documentos que podem resultar em novas configurações para os arquivos pessoais, implicando, certamente, desafios de ordem prática e teórica. Convém não perder de vista este movimento irreversível de transformação, tendo em mente, contudo, o fato de que, mesmo num cenário em que tudo parece ser novo e desconhecido, a característica essencial dos arquivos continuará a residir em seu caráter instrumental, do qual advém o estatuto probatório que os distingue e singulariza, cuja manutenção passa – e seguirá passando – pelos estudos de tipologia documental.

²³ No Brasil, a primeira experiência de tratamento de um arquivo pessoal majoritariamente composto de documentos nato-digitais foi desenvolvida pelo Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, que em novembro de 2012 adquiriu, por meio de doação, o arquivo do escritor Rodrigo de Souza Leão. Ver Abreu (2018).

REFERÊNCIAS

- ABREU, Jorge Phelipe Lira de. **Existir em bits**: arquivos pessoais nato-digitais e seus desafios à teoria arquivística. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2018.
- ARQUIVO Público Municipal de Campos dos Goytacazes. **Fundo Arquivo Cardoso de Melo**: inventário analítico. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2005.
- BAHIA, Juarez. **História, jornal e técnica**: as técnicas do jornalismo (volume 2). 5 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BAUTIER, Robert-Henri. Leçon d'ouverture du cours de diplomatique à l'École des Chartes (20 octobre 1961). **Bibliothèque de l'École des Chartes**, Paris, tome 119, p. 194-225, 1961. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/bec_0373-6237_1961_num_119_1_449619>. Acesso em: 20 maio 2018.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. 3 ed. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2012.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Análise diplomática e análise tipológica dos documentos de arquivo. In: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2006, p. 65-103.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002. (Como fazer, 8)
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 45, n. 2, p. 26-39, jul.-dez. 2009.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos pessoais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 169-174, 1998.
- CAMPOS, José Francisco Guelfi. Tipologia documental em arquivos pessoais: entre a Arquivística e a Diplomática. In: GARCIA, Noelia; SILVA, Maria Celina Soares de Melo e (org.). **Archivos personales**: experiencias de organización y gestión. Córdoba: Redes, 2017, p. 52-71.
- CAPRINO, Mônica Pegurer. Manual de redação: camisa-de-força ou regra necessária? **Revista IMES Comunicação**, São Caetano do Sul, v. 4, n. 4, p. 49-59, jan.-jun. 2002.
- CARUCCI, Paola. **Il documento contemporaneo**: diplomatica e criteri di edizione. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1987.

CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Metodologia de organização de arquivos pessoais**: a experiência do CPDOC. 4 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

CHABIN, Marie-Anne. **Je pense donc j'archive**: l'archive dans la société de l'information. Paris: L'Harmattan, 1999.

CORTÉS ALONSO, Vicenta. Nuestro modelo de análisis documental. In: ANDRADE, Ana Célia Navarro de (Org.). **Archivos y documentos**: textos seminales. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2015, p. 57-91.

DELGADO-GÓMEZ, Alejandro. Los archivos personales o el archivero domado. **Tabula**, Salamanca, n. 17, p. 75-84, 2014.

DELMAS, Bruno. Manifesto por uma diplomática contemporânea. In: DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. Trad. Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010, p. 125-182.

DURANTI, Luciana. Diplomatics: new uses for an old science (Parts I-VI). **Archivaria**, Ottawa, v. 28-33, Summer 1989/Winter 1991-92.

FERNÁNDEZ PARRATT, Sonia. El debate en torno a los géneros periodísticos en la prensa: nuevas propuestas de clasificación. **Zer – Revista de Estudios de Comunicación**, Lejona, v. 6, n. 11, nov. 2011. Disponível em: <<http://www.ehu.eus/zer/hemeroteca/pdfs/zer11-12-fernandez.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2017.

GAGNON-ARGUIN, Louise; MAS, Sabine. **Typologie des dossiers des organisations**: analyse intégrée dans un contexte analogique et numérique. Québec: Presses de l'Université du Québec, 2011.

GARVEY, Ellen Gruber. Scissorizing and scrapbooks: nineteenth-century reading, remarking, and recirculating. In: GITELMAN, Lisa; PINGREE, Geoffrey B. (ed.). **New media, 1740-1915**. Cambridge: The MIT Press, 2003, p. 207-227.

GHIGNOLI, Antonella. Diplomatica. In: GUERRINI, Mauro (Ed.) **Biblioteconomia**: guida classificata. Milano: Editrice Bibliografica, 2007, p. 908-914.

GOOD, Katie Day. From scrapbook to Facebook: a history of personal media assemblage and archives. **New Media & Society**, v. 15, n. 4, p. 557-573, 2013.

HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, ano 45, n. 2, p. 40-57, jul.-dez. 2009.

MENCHER, Melvin. **News reporting and writing**. 12 ed. New York: McGraw-Hill, 2011.

MENNE-HARITZ, Angelika. L'informatique aux archives: les expériences allemandes. In: BUCCI, Oddo (ed.). **Archival science on the threshold of the year 2000**: proceedings of the International Conference, Macerata, 3-8 September 1990. Ancona: University of Macerata, 1992. p. 267-273.

NEIVA, Eduardo. **Dicionário Houaiss de comunicação e multimídia**. São Paulo: Publifolha, 2013.

OTT, Katherine; TUCKER, Susan; BUCKLER, Patricia P. An introduction to the history of scrapbooks. In: OTT, Katherine; TUCKER, Susan; BUCKLER, Patricia P. (ed.). **The scrapbook in American life**. Philadelphia: Temple University Press, 2006.

PAZIN, Marcia Cristina de Carvalho. **Produção documental do legislativo no império – gênese e tipologia: o caso da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo (1835-1889)**. São Paulo, 2005. 177 f. Dissertação (História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de comunicação**. 2. ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. São Paulo, 2008. 258 f. Tese (História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

RODRIGUES, Ana Célia. **Tipologia documental como parâmetro para gestão de documentos de arquivo: um manual para o município de Campo Belo (MG)**. São Paulo, 2002. 780 f. Dissertação (História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SCHIAPARELLI, Luigi. Diplomatica e storia. **Annuario del R. Istituto di Studi Superiori, Pratici e di Perfezionamento in Firenze**, Firenze, p. 3-31, 1909. Disponível em: <<http://scrineum.unipv.it/biblioteca/schiaparelli-1909.html>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A construção teórica da diplomática**: em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. 4 ed. rev. São Paulo: Summus, 2011.

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. **Obrigação, controle e memória: aspectos legais, técnicos e culturais da produção documental de organizações privadas**. São Paulo, 2011. 356 f. Dissertação (História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.